

**ENTREVISTA REALIZADA COM EVERTON VIEIRA VARGAS,
EMBAIXADOR DO BRASIL NA ARGENTINA, EM OUTUBRO DE 2013,
EM BUENOS AIRES**

**INTERVIEW CARRIED OUT WITH EVERTON VIEIRA VARGAS,
AMBASSADOR OF BRAZIL TO ARGENTINA, IN OCTOBER 2013, IN
BUENOS AIRES**

Lucas José Dib¹

Resumo: Embaixador do Brasil na Argentina; doutor em Sociologia (UNB); foi também Chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia (1987-88), Coordenador da Cúpula das Américas (1995-1998) e Chefe da Divisão do Meio Ambiente (1998-2001). Serviu na Embaixada em Bonn (1981-85), na Missão do Brasil junto às Nações Unidas em Nova Iorque (1988-1992) e na Embaixada em Tóquio (1992-1995). Exerceu também o posto de Embaixador do Brasil na Alemanha.

Palavras-Chave: Entrevista, Brasil, Argentina.

Abstract: Ambassador of Brazil to Argentina; PhD in Sociology (UNB); he was also Head of the Science and Technology Division (1987-88), Coordinator of the Summit of the Americas (1995-1998) and Head of the Environment Division (1998-2001). He served at the Embassy in Bonn (1981-85), at the Brazilian Mission to the United Nations in New York (1988-1992) and at the Embassy in Tokyo (1992-1995). He also served as Ambassador of Brazil to Germany.

Keywords: Interview, Brazil, Argentina.

Lucas Dib: Para o Brasil e para a região, quais são os resultados da relação bilateral entre Brasil e Argentina?

Everton Vieira Vargas: A relação entre Brasil e Argentina é de primeira grandeza. São as duas maiores economias da América do Sul. São sociedades democráticas

¹ Cientista Político, mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista, “Júlio de Mesquita Filho, (UNESP), Marília, São Paulo, Brasil, com período sandwich na Universidad de Buenos Aires (UBA).

maduras e dinâmicas, que buscam o progresso econômico com inclusão social e compartilham visões de mundo semelhantes, 1.250 quilômetros de fronteira comum e, cada vez mais, empresas genuinamente binacionais. Os dois países são sócios estratégicos. Possuem uma agenda bilateral densa com objetivos estratégicos de longo prazo. O fluxo comercial bilateral cresceu mais de 7 vezes nos últimos 10 anos. Hoje é de US\$ 40 bilhões. Implementam-se cerca de vinte projetos de cooperação bilateral nas áreas nuclear, espacial, ambiental, energética e de defesa. Um dos mais recentes projetos é o estudo de defesa cibernética e proteção de dados sigilosos dos dois países para enfrentar ameaças ilegais de espionagem internacional. A aliança estratégica bilateral deve alicerçar-se na permanente disposição de resolver eventuais pendências pontuais em um ambiente franco e construtivo, bem como no cultivo de diálogo entre governos, setores privados e da sociedade civil dos dois países. Estabelecer e fomentar canais de diálogo institucionais de alto nível, estáveis e regulares, é essencial para a satisfação de metas recíprocas, tanto no campo político, como econômico e comercial. A crescente integração física, econômica e cultural entre Brasil e Argentina consolida as bases de uma integração sul-americana duradoura, economicamente viável e socialmente justa. Quanto mais bem-sucedida a integração regional, mais robusta a plataforma compartilhada pelos países sul-americanos, e mais eficaz a defesa de nossos interesses comuns.

Dib: O senhor poderia explicar o porquê da América Latina ser uma região heterogênea? E como essa heterogeneidade afeta as negociações comerciais e o processo de Integração Regional na região?

Vargas: A América Latina desenvolveu-se, ao longo dos séculos, muito atrelada à matriz europeia. Fluxos econômicos, políticos e culturais sempre tiveram a Europa como ponto de referência, o que ajudou a criar um continente que funcionava como “pequenas ilhas” e, portanto, desenvolveu-se de forma heterogênea. Apenas no caso do Brasil, por exemplo, Belém, Recife e Rio de Janeiro tiveram, até o século XIX, mais relação com Lisboa que entre elas mesmas. A mesma análise serve para toda a América latina. Fatores geográficos também contribuíram para esse isolamento

(Amazônia, Andes, região do Chaco e Pantanal), o que explica a heterogeneidade da América Latina. Esse isolamento criou realidades socioeconômicas muito distintas, com centros industrializados (São Paulo, Buenos Aires, Cidade do México) e regiões que vivem exclusivamente da monocultura ou da extração mineral. A complementariedade econômica e comercial com outras regiões do mundo depende, nessa conjuntura, do modelo de desenvolvimento adotado por cada localidade, província, estado ou país da América Latina. O processo de integração regional também foi afetado pelos mesmos fatores: a tendência de olhar o além-mar como mercado dos produtos aqui produzidos.

Dib: Existe relação entre a Aliança do Pacífico com a TPP Trans Pacific Partnership (Parceria Trans-Pacífica)? Como essas Alianças afetam o Mercosul e a Unasul?

Vargas: A Aliança do Pacífico (AP) e a Parceria Trans Pacífica (TPP) são processos de integração baseados na liberalização comercial, mas com objetivos diferenciados. O principal interesse da Aliança do Pacífico, formada por Colômbia, Chile, Peru e México, é promover negociações em temas complementares à liberalização comercial, como livre circulação de pessoas, conectividade aérea e marítima e integração energética, por exemplo. Não tem por objetivo liberar tarifas, tema já pactuado pelos países da AP nos acordos firmados no âmbito da ALADI. Já a Parceria Trans-Pacífica, formada atualmente por Chile, Brunei, Cingapura, Nova Zelândia, Estados Unidos, Peru, Vietnam, Austrália, Canadá, Malásia, Japão e México, é uma negociação para a liberalização do comércio entre esses países. Em especial, possui sentido estratégico para a política externa e comercial dos Estados Unidos ao buscar reforçar o eixo Pacífico de suas relações comerciais, bem como conter, em certa medida, a expansão comercial chinesa na Bacia do Pacífico. Ainda seria importante destacar, no âmbito das negociações de liberalização comercial, que a Parceria poderá definir novas regras para o comércio internacional, tendo em conta o interesse dos Estados Unidos em definir normativa mais conveniente a seus interesses em temas como propriedade intelectual, regulamentos técnicos e investimentos, para depois multilateralizá-las. Com relação ao MERCOSUL, acredito que o bloco não será imediatamente afetado pela AP, pois

já tem acordo de liberalização comercial com os países que o integram, ainda que com o México o acordo seja restrito. Não haveria, portanto, erosão de preferências. No entanto, a Aliança do Pacífico poderá tornar-se um polo interessante de investimentos externos e plataforma exportadora para mercados da região com os quais os países que a conformam tenham acordo de livre comércio, como os do MERCOSUL. No que diz respeito à UNASUL, uma aproximação com a Aliança do Pacífico poderia significar, particularmente, uma aproximação com o México. Os avanços obtidos no âmbito da UNASUL em matéria de integração aérea, energia e livre circulação podem servir de base para discussão sobre esses temas com a AP.

Dib: Mercosul e Unasul: quais são os resultados e os dilemas?

Vargas: O MERCOSUL, após 22 anos do Tratado de Assunção, é o quarto destino das exportações brasileiras (após a UE, China e EUA) e o primeiro destino das exportações argentinas. Desde a crise econômica de 2008, o comércio intra-MERCOSUL cresceu 20%, em comparação com 13% de crescimento do comércio global. Além dos ganhos para todos os países do bloco no comércio intrazona, o MERCOSUL também propiciou importantes ganhos políticos, ao se consolidar como plataforma de inserção internacional dos Estados Partes, fundamentada na defesa dos princípios democráticos. Acredito ser necessário aprofundar o esquema de integração regional, que ainda tem potencial para contribuir para o aumento da competitividade dos produtos do MERCOSUL nos mercados internacionais. Cito, como exemplo desse potencial, o fato de que 90% das exportações brasileiras de manufaturados têm como destino a Argentina, e cerca de 50% do comércio bilateral é concentrado em produtos do setor automotivo.

A UNASUL é um projeto mais recente, tendo seu Tratado Constitutivo assinado em 2008. Trata-se da primeira iniciativa bem-sucedida de conformar espaço político com todos os países sul-americanos. Seu objetivo é construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de articulação no âmbito cultural, social, econômico e político entre os povos da América do Sul. A UNASUL possui projeto ambicioso de integração regional: prioriza o diálogo político, as políticas sociais, a

educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente. Seus objetivos são amplos, no entanto, são coerentes com a realidade de nossa região. Hoje em dia, há consenso entre os países da UNASUL em trabalhar, conjuntamente, para eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados. Outro objetivo comum, que revela certo avanço da América do Sul com relação a outras partes do globo, é o de criar uma zona de paz e a segurança na região. A UNASUL revelou-se instrumento particularmente útil para a solução pacífica de controvérsias regionais e para o fortalecimento da proteção da democracia na América do Sul. Nesse sentido, recorro a rápida ação dos líderes para superação da crise separatista do Pando (Bolívia), em 2008 e para a resolução de crise institucional no Equador, em 2010. A UNASUL facilitou o contato fluido e rápido entre os governantes da região, permitindo ações imediatas para contenção de crises. O ponto fraco da UNASUL refere-se às questões relacionadas à infraestrutura e logística, que carecem, ainda, de avanços mais significativos.

Dib: Que projeto o Brasil vem construindo na América Latina? E qual projeto o Brasil está construindo para o mundo? Como se conciliam esses projetos?

Vargas: O Brasil priorizou durante décadas a integração nacional, por ser um país de dimensões continentais. Isso foi perceptível principalmente durante os anos de governo militar (1964-1984). Com a globalização das finanças internacionais, acelerada nos anos 90, o Brasil passou a priorizar a América Latina, e principalmente a América do Sul, como plataforma privilegiada de sua inserção econômica internacional. Daí surgiu o Mercosul, criado em 1991 pelo Tratado de Assunção.

As dimensões territoriais, populacionais, econômicas do Brasil o habilitam a ocupar a posição de ator de relevância política e econômica no mundo. No entanto, o Brasil não terá a projetada inserção internacional sem uma aliança estratégica com os vizinhos.

O projeto do Brasil para o mundo é ser um país que zela por princípios como a paz mundial, a sustentabilidade do meio-ambiente, a democracia, a justiça social, a melhoria da qualidade de vida de todos os habitantes, o estilo de vida saudável que tornem os indivíduos felizes. Tais princípios refletem-se em posições que o Brasil tem defendido em instâncias multilaterais e são compartilhados pelos países da América do Sul.

Dib: O senhor poderia explicar o processo de formação de políticas Sub-regionais do Mercosul? E quais têm sido os impactos para o Brasil e para a Argentina dessa Integração Sub-regional?

Vargas: As relações políticas, econômicas e culturais entre o Brasil e a Argentina não acontecem somente no nível do governo central, também englobam os entes federativos, como estados, províncias e municípios. Atribuimos especial atenção às políticas de cooperação fronteiriça, que objetivam a criação de um espaço de convergência social, cultural, política e econômica. Em outubro último, foram realizadas reuniões dos Comitês de Integração Fronteiriça entre as cidades de Paso de los Libres/Uruguaiana (RS); Bernardo Irigoyen/Dionísio Cerqueira (SC) e Barracão (PR) e Puerto Iguazu/Foz do Iguazu (PR). Nessas oportunidades, a população vicinal tem a oportunidade de apresentar às autoridades nacionais e subnacionais seus pleitos sobre políticas públicas para a área de fronteira. Também em outubro, em Buenos Aires, os Vice-Chanceleres do Brasil e da Argentina se encontraram para debater políticas fronteiriças no âmbito da Comissão para a Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (CODEFRO), que deu origem a um Plano de Ação para a região de fronteira. As visitas de governadores e prefeitos entre os dois países são constantes nas relações bilaterais, o que evidencia a dinâmica dos contatos entre os entes subnacionais. No âmbito do Mercosul, a criação do Parlamento do Mercosul, além de ser outra instância política decisória, reflete o anseio do bloco de priorizar políticas sub-regionais. O FOCEM (Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul) também privilegia obras de infraestrutura que atendem principalmente os interesses dos entes subnacionais (rodovias, pontes, interconexão elétrica etc.).

Dib: Quais são os avanços e as dificuldades para a Integração Produtiva na região?

Vargas: No MERCOSUL, discute-se há tempos o processo de integração produtiva, em razão de sua importância para o desenvolvimento do bloco e de sua atualidade, em contexto de internacionalização crescente da economia mundial. O Grupo de Integração Produtiva (GIP) foi criado em junho de 2008 (Decisão CMC No 12/08), e tem como objetivo coordenar o Programa de Integração Produtiva (PIP) do MERCOSUL, o qual visa a contribuir para o fortalecimento da complementariedade produtiva da região e, especialmente, das cadeias produtivas das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) regionais e das empresas dos países de menor tamanho relativo da região. O Grupo possui atualmente uma agenda extensa, com diversas ações setoriais e horizontais. Duas dessas ações setoriais já contam com financiamento específico para serem implementadas: o Projeto de Adensamento e Complementação Automotiva e o Projeto de Qualificação e Integração de Fornecedores da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás. Ademais, encontra-se também em desenvolvimento o Projeto de Integração Produtiva Territorial no marco do Observatório Regional Permanente sobre Integração Produtiva (ORPIP), coordenado pela Argentina e com financiamento da Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID). Há consenso entre os participantes do bloco que o processo de integração produtiva deve ser visto como uma das vias para a consolidação do mercado regional e para a ativa participação das pequenas e médias empresas dos países. O diferencial que a região pode aportar às empresas é a contribuição a uma inserção internacional competitiva com capacidade de gerar maior valor agregado local, economias de escala e um marco de esquemas de cooperação e intercâmbio. A Integração Produtiva deve ser trabalhada como uma parceria entre os Estados e o setor privado. Cabe ao setor privado identificar oportunidades, assim como obstáculos para a complementariedade e integração e apresentá-los a seus governos que, por sua vez, procurarão, sempre que possível, facilitar o processo e superar os obstáculos identificados. Os governos devem proporcionar ambiente favorável para a

integração produtiva, trabalhando em políticas de estímulos e facilitando o contato empresarial regional.

Dib: Para o Brasil, o desenvolvimento das cadeias produtivas regionais tem como objetivo competir ou se integrar às cadeias produtivas globais? Ou é um projeto que se concilia?

Vargas: Acredito que ambos são objetivos válidos e não excludentes. A criação de espaço de integração e fortalecimento mútuo no âmbito dos países do MERCOSUL, no qual as cadeias se aproveitem das distintas competitividades em cada um dos seus segmentos, é fator que ganha peso na competição com produtos finais em âmbito mundial. É também importante para que os produtores regionais possam alcançar um padrão de inserção internacional que permita o acesso a melhores mercados, agregando maior valor às exportações. A partir de meados da última década, as empresas brasileiras passaram a se internacionalizar com mais ênfase. Evidência disso foi que o investimento estrangeiro direto brasileiro alcançou US\$ 28 bilhões e a tendência se manteve nos últimos anos. Este ano, já estamos com US\$ 13 bilhões investidos no exterior. Neste processo, é questão crucial definir qual será a participação do Brasil na integração das cadeias globais de valor. Há casos, como o da cadeia automotiva brasileira, no qual existe uma forte interação entre empresas globais e um mercado interno dinâmico. O desafio, portanto, é replicar a experiência da cadeia automotiva para outros setores da economia. Além da integração regional, com as possibilidades tecnológicas em comunicações e transportes, é possível se pensar em uma integração espacialmente mais ampla. A África, por exemplo, é um mercado importante para as vendas de produtos manufaturados brasileiros. Acordos para a facilitação de investimentos seriam úteis para viabilizar negócios de empresas brasileiras naquele continente, estreitando laços não só comerciais, mas também produtivos, com geração de renda e empregos.